

## PALAVRAS PROFERIDAS NA CERIMÓNIA DE 5 DE OUTUBRO DE 2020 - DIA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL, PELO PRESIDENTE DA LIGA DOS COMBATENTES TENENTE-GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES, NO CASTELO DE S. JORGE

Há precisamente um ano, neste mesmo local e pela primeira vez, evocamos aqui o Dia da Independência de Portugal. Abordei então o tema a Independência de Portugal e as Forças Armadas. Foi com gosto que aceitei também, fazer hoje mais uma intervenção. Direi, pois, algumas palavras sobre a Independência de Portugal e os Combatentes.

E a primeira questão que se coloca de imediato é interrogarmo-nos! - Mas que tipo de relação existe entre a Independência de Portugal e o Combatente?

É a História que nos responde, dizendo que a relação é óbvia, íntima e permanente, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra. Não houve século da História de Portugal em que isso não tivesse acontecido.

É que os momentos mais difíceis de luta pela independência de Portugal, tanto para a conquistar como para a manter, quer externa quer internamente, têm como principal ator, o combatente.

Experimentaram-no, D. Afonso Henriques, D. Nuno Alvares Pereira, os comandantes da Restauração, elogiou-o Camões ao afirmar que “não houve capitão que não fosse também douto e ciente” e julgou-o Mouzinho de Albuquerque ao afirmar, sintetizando, que “Portugal é obra de Soldados”.

Soldados ao serviço do Rei, até 1910. Data da implantação da República de que hoje mesmo evocamos o 110º Aniversário. E fazemo-lo com a mesma tranquilidade de espírito e liberdade de expressão a que a democracia nos habituou. Soldados ao serviço e defesa da República, como hoje lhes determina a Constituição da República. Sempre disciplinados, subordinados a um regime ou uma política, algumas vezes revoltados com essa mesma política, provocando a rotura, outras vezes descontentes, mas mantendo ou restabelecendo uma disciplina consciente.

Combatentes que são imagem e emanação do povo português.

Povo que, desde Afonso Henriques com o brado comum “Mouros em terra, moradores às armas” chegou ao conceito da Nação em Armas, atribuindo a um serviço militar obrigatório a sua defesa, para hoje assumir, em termos constitucionais, ele próprio, a defesa da Pátria, deixando para os Combatentes, a Defesa da República, embora, no juramento, estes jurem servir e morrer por aquela, no âmbito da Defesa Nacional.

Talvez por isso, os portugueses, ao serem responsáveis constitucionalmente pela defesa da sua Pátria, para além de outras e inúmeras responsabilidades e dificuldades, por que passam, por vezes a sua própria sobrevivência, conduza a esquecimentos, deturpações e outras situações preocupantes relativamente aos que, dele imitando, têm por missão defendê-la.

O povo português, ou seus representantes, passam assim distraída ou conscientemente, a dar prioridade a outras situações menores, por que igualmente são responsáveis, e assistimos, não raras vezes, a um tratamento frágil da Pátria colocando em fragilidade a nossa soberania e a

nossa independência. De facto, Pátria, que em termos constitucionais, como disse, compete aos portugueses defender, é bastante mais do que Torga nos revelou, ao afirmar que “Pátria é um pedaço de terra defendida”. Prefiro completar esse conceito, com a definição que aprendi nos bancos da então Escola do Exército: “Pátria é um ideal nacional que vive impulsionado mais por valores morais do que por interesses materiais”.

A conjugação e aplicação destes dois conceitos são garantia da soberania e da independência nacional a níveis elevados. A sua deturpação ou aviltamento facilita a perda de soberania e ameaça a independência. Um pedaço de terra defendida com os suportes de um ideal nacional, não esquece a defesa de um território, que só os combatentes organizados podem garantir, nem que para isso tenham que passar à resistência, nem esquece os valores que esse ideal nacional motiva. Esquece, porém, os deveres da Pátria para com os combatentes. Nunca lhe define á priori as contrapartidas nem a recompensa da dádiva total que lhes exige quando necessário.

Minhas senhoras e meus senhores

Evocamos o dia da independência de Portugal. Afinal o dia da sua fundação. Foi escolhido para o efeito pela comissão organizadora o dia do Tratado de Zamora (5 de outubro de 1143) pelo qual Afonso VII de Leão reconhece seu primo D. Afonso Henriques como Rei. Quatro anos depois da Batalha de Ourique (25 de julho de 1139), acontecimento a partir do qual Afonso Henriques se considera Rei e os seus homens o aclamam como tal. O Tratado de Zamora, poderá assim ser considerado uma consequência diplomática e um reconhecimento de uma situação soberana já existente. Zamora será uma consequência da batalha de Ourique, quatro anos antes e justifica a operação, conjunta e combinada, quatro anos depois, (25 out 1147) da conquista de Lisboa. Ou seja, em oito anos materializou-se pelas armas e por via diplomática a independência de Portugal.

Parece-nos, pois, que se é comumente aceite que Portugal é obra de Soldados e Portugal se confunde com a fundação e ação do seu próprio Exército e em que um feito de armas e a diplomacia consequente se conjugaram dando origem a um país independente que ao longo da sua história jamais abandonaria esses dois fatores estratégicos para sobreviver. Ao evocarmos a independência de Portugal no dia do tratado de Zamora, nunca deveremos esquecer a evocação do acontecimento militar que lhe estará na origem nem o que imediatamente se lhe seguiu, com a conquista de Lisboa, com o apoio de diversas nacionalidades.

E foram tão fortes, tão significativos e de consequências tão duradouras que aqui estamos hoje, no Castelo de S. Jorge, então conquistado e junto à estátua representativa de quem o conquistou, Primeiro Combatente por Portugal. Se independência significa soberania e capacidade de decidirmos os nossos destinos, temos que constatar que voluntariamente já decidimos, há uns anos a esta parte, partilhar essa soberania, ou seja essa independência, com a Europa, com consequências positivas e outras negativas.

Estamos junto de um símbolo Nacional representando neste caso o nosso primeiro Rei. Mas o século XX viu nascer evocando a GG, 103 monumentos e evocando a Guerra do Ultramar 402 Monumentos, 350 dos quais nos últimos vinte anos, com uma média de mais de dezassete monumentos por ano.

Verdadeiro fenómeno, este processo de monumentalização da Guerra do Ultramar, de verdadeira expressão popular, de dispersão geográfica a nível nacional e na diáspora, que

impressiona alguns analistas que começam a debruçar-se sobre o fenómeno e o processo. Alguns mesmo incentivados por uma União Europeia interessada em estudos de memórias cruzadas, políticas de silêncio, guerras coloniais e libertação em tempos pós-coloniais, financiando trabalhos de investigação.

Com esta orientação, alguns, de forma crítica, entendem que sendo a monumentalização, um dos processos de memorização da guerra, consideram que estes monumentos “não dialogam com o passado colonialista” e possibilitam apenas um “espaço de partilha das nossas memórias”. Não. Eles expressam sentimentos do povo e dos combatentes, que alimentam a nossa própria idiossincrasia. Somos de facto “empreendedores de Memórias”, mas não recusamos a valorização da nossa história e não estamos com os que consideram este fenómeno, como um “nacionalismo banal” e se entretêm a analisar o simbolismo usado como indícios laudatórios daquilo a que chamam “mística imperial” e saudosista.

Não nos surpreendem, pois, atos de vandalismo, como os que têm acontecido recentemente e veemente repudiamos. Não. Nós combatentes, somos autênticos. Os monumentos aos combatentes do ultramar, têm nascido e baixo para cima, do povo, de forma espontânea, sem diretivas políticas superiores ou orientações arquitetónicas controladas. São a inspiração artística de um tema dramático: -Evocação dos cidadãos da terra, aos cidadãos que sofreram a guerra.

Meus senhores e minhas senhoras

Hoje, como sempre, confirma-se, de certo modo, o que levou o Padre Antônio Vieira a afirmar que os combatentes cumprem o seu dever e a Pátria faz o que é costume. Acabamos de ver publicado o Estatuto dos Combatentes que de 1954-1975 se bateram no ultramar. Como Presidente da Liga dos Combatentes, não posso deixar de aproveitar esta oportunidade para reiterar a apreciação da Liga dos Combatentes sobre o mesmo, difundido no passado dia 26 de julho. Pela primeira vez após 45 anos a Assembleia da República, casa da democracia e máxima representante do povo português, com a concordância de todos os partidos, foi reconhecido no esforço, o sacrifício e o luto de cerca de um milhão de portugueses que diretamente e cerca de seis milhões, indiretamente, viveram e sofreram durante 21 anos de conflito armado no ultramar. Se o Reconhecimento, um dos objetivos defendidos pela Liga dos combatentes, era importante, a solidariedade para com os mesmos era fundamental. Neste aspeto, que abrange o apoio à saúde e o apoio social o estatuto ficou muito aquém do justo e desejado. O total reconhecimento e a fraca solidariedade deixaram em todos os combatentes um sentimento misto de alegria e de tristeza.

Sua Exa o Presidente da Republica promulgou a lei escrevendo que era o princípio de um caminho. Embora devesse ter constituído o fim de um longo caminho que percorremos desde há 45 anos, é fundamental que se acabe a obra, pois isso contribuirá para prolongar a vida a muitos combatentes. Lutaremos por isso.

Termino homenageando, neste dia em que celebramos a fundação e independência de Portugal, todos os homens e mulheres, combatentes, anónimos ou inscritos na história, conhecidos ou desconhecidos que um dia com o seu esforço, determinação e coragem ou com o seu sangue, contribuíram para os cerca de nove séculos de história de Portugal.

Viva Portugal!